ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 31ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARCOS CÉSAR LEÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992
Data da instalação: 14-5-1993
Data de implantação do Pje: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 5-10-2020, p. 2/3.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 7-10-2019

Às 8 horas do dia dezesseis de outubro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 31ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 7º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Marcos César Leão**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Larissa Chaves de Moraes; os servidores Andréa Christina Mendonça, Camila Paixão de Carvalho, Cláudio Sebastião Alves de Araújo, Edivar Fraga de Assis Júnior, Doralice Soares Gomes, Marcelo de Campos Cordeiro, Raphael Diniz da Silva e Raquel Riberio Mayrink e a estagiária Camila dos Santos. Ausente o servidor Rafael Freitas Marques, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 587 processos, distribuídos neste ano até o dia 5-10-2020, apurando-se a média de 3,4 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 77 cartas precatórias, dentre elas 54 executórias, até o dia 5-10-2020, das quais 46 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 682 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 245 processos foram remetidos neste ano até o dia 5-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 15 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 34 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 348 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 58 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 15 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), há 9 processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF, a saber:

Processo	Tema
0000966-95.2012.5.03.0110	739
0001666-03.2014.5.03.0110	739
0002450-48.2012.5.03.0110	739
0000029-85.2012.5.03.0110	739
0000071-03.2013.5.03.0110	739
0000004-38.2013.5.03.0110	739
0001016-58.2011.5.03.0110	739
0000161-74.2014.5.03.0110	739
0010723-06.2018.5.03.0110	992

Tema 739: Possibilidade de recusa de aplicação do art. 94, II, da Lei 9.472/1997 em razão da invocação da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, sem observância da regra de reserva de plenário. (Mérito julgado 11/10/2018).

Tema 992: Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado. (Mérito julgado 05/03/2020).

Os processos examinados na amostragem referem-se ao Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada da cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg , sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 29,10%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)
(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	107
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	1
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	219
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	8

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos audiências não designada	Processos sem audiência designada - itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão	68

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2014	1	6
2015	1	5
2016	1	4
2017	3	3
2018	6	2
2019	65	1
2020 – ano de referência	258	
TOTAL	335	0,30

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 5-10):

Processo	Classe	Tarefa
0001332-66.2014.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Retornou do TRT
0010981-21.2015.5.03.0110	Embargos de Terceiro Cível	Cumprimento de Providências
0011695-44.2016.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010539-84.2017.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011584-26.2017.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010663-33.2018.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010723-06.2018.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010907-59.2018.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010231-14.2018.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando audiência

	Ordinário	
0010318-33.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010325-25.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010422-25.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010462-07.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010465-59.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010472-51.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010495-94.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010506-26.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010518-40.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010542-68.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010601-56.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010613-70.2019.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	13
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	391

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	177

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	23
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	562

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	8

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

A taxa de congestionamento na fase de execução desta unidade, até o 2º trimestre de 2020, foi de 57,05%, segundo o Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST).

Existem 865 processos em fase de execução, assim discriminados:

a) 848 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
c) 17 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
d) 33 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 5-10-2020.

No ano 2019, até o dia 05-10 havia 904 processos na fase de execução, assim distribuídos:

a) 850 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
c)53 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de outubro até o dia 5-10):

Processo	Classe	Tarefa
0036700-64.1999.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Carga de Advogado – Adv. autor
0142200-12.2005.5.03.0110	Execução Fiscal	Aguarda decisão em Embargos de terceiro desde 28-9-2015
0106300-26.2009.5.03.0110	Execução Fiscal	Proc. Arquivo Temporário – 30-01-2017
0075400-60.2009.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Proc. Arquivo Temporário – 26-01-2015
0001383-19.2010.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Mandado de busca e apreensão em 06-08-2019
0001557-28.2010.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Transitado em julgado em 04-03-2020 – aberto Clec em 8-10-20
0001576-34.2010.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Enviado ao TRT p/digitalização em 22-09-2020
0000134-33.2010.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Intimação em 16/05/2019 – Adv autor
0001144-78.2011.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	*Aguardando apreciação da instância superior*
0000490-57.2012.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Carga de Advogado – sem parte (segred. Just.) -

0001184-60.2011.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Remetidos Secr. Rec. Atendimento-AP
0000687-46.2011.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Remetidos Secr. Rec. Atendimento-AP
0091800-96.2002.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguarda AIRR
0000487-05.2012.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Remetidos Secr. Rec. Atendimento-AP
0001905-12.2011.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Proces.Convertido Eletrônico. Execução encerrada 06-2020 *Cumprimento de providências - execução*
0082200-07.2009.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Proc. Recolhido Arquivo em 18-10-2019
0001916-70.2013.5.03.0110	Execução de Termo de Conciliação de CCP	Aguarda Julg.Agravo de Instrum.Interposto
0000889-86.2012.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Proc. Arquivado em 20-03-2020
0000240-24.2012.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Enviado ao TRT p/digitalização em 01-10-2020
0000017-03.2014.5.03.0110	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Enviado ao TRT p/digitalização em 01-10-2020

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	35	44
02-FEVEREIRO	54	51
03-MARÇO	42	46
04-ABRIL	66	236
05-MAIO	56	64
06-JUNHO	46	118
07-JULHO	28	47
08-AGOSTO	52	33
09-SETEMBRO	29	70
10-OUTUBRO	36	4
Totais	444	713

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	Totais
			1		1						2
CAMILA CESAR CORREA	11	8									19
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA							35	1			36
MARCOS CESAR LEAO	33	43	45	236	63	118	12	32	70	4	656
Totais	44	51	46	236	64	118	47	33	70	4	713

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	101	71
02-FEVEREIRO	100	70
03-MARÇO	99	56
04-ABRIL	86	13
05-MAIO	141	22
06-JUNHO	126	105
07-JULHO	87	158
08-AGOSTO	125	140
09-SETEMBRO	100	138
10-OUTUBRO	134	21
Totais	1099	794

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 05/10/2020, existem 30 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	6
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	13
Tutelas Provisórias Pendentes	11

Total	30

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.
Na pauta do dia 16-10-2020 havia 11 processos:

a) procedimento ordinário: 9 processos;
b) conciliação em conhecimento: 1 processo;
c) conciliação em execução: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010101/20, 0010500/20, 00100125/20, 0010525/20, 0010592/20, 0010593/20, 0010596/20, 0010602/20, 0010603/20, 0010607/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 5-10-2020, 276 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 93 processos, contando, conforme demonstrativo, com 2 "suspeitos" que devem ser corrigidos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010590/20, 0010446/20, 0010595/20, 0010563/20, 0010558/20, 0010238/20, 0010230/20, 0010277/20, 0010524/20, 0010003/20, 0010756/18, 0010542/19, 0010495/19, 0010518/19, 0010663/18, 0010907/18, 0010601/19, 0011013/18, 0010671/19, 0010506/19, 0011057/19, 0010659/19, 0010995/19, 0010152/20, 0010706/19, 0010412/20, 0010438/20, 0010442/20, 0010520/20, 0010444/20, 0010289/20, 0010325/20, 0010047/20, 0010374/20, 0010303/20, 0011043/19, 0010436/20, 0010963/19, 0010477/20, 0010591/20, 0010395/20, 0010450/20, 0011009/19, 0010965/19, 0010014/20, 0010799/19, 0010267/20, 0010039/20, 0010906/18, 0010459/19, 0010609/19, 0010036/20, 0010366/19, 0010679/19, 0010614/19, 0010432/16, 0002075/14, 0002072/13, 0011854/16, 0010323/16, 0010559/20, 0010502/20, 0010339/20, 0010414/20, 0010362/20, 0010367/20, 0010448/20, 0010527/20, 0010521/20 e 0010553/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011057/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 798b73e (sem movimentação há mais de 30 dias);

- 0010659/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id cae6ed0 (sem movimentação há mais de 30 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000457-62.2015.5.03.0110	Suspenso, por recurso de revista
0000750-71.2011.5.03.0110	Encerrada a suspensão – processo retornou 6-10-20
0000878-57.2012.5.03.0110	Aguardando apreciação pela instância superior
0010048-09.2019.5.03.0110	Aguardando prazo
0010453-79.2018.5.03.0110	Cumprimento de Providências
0010536-03.2015.5.03.0110	Aguardando apreciação pela instância superior
0010623-80.2020.5.03.0110	Elaborar decisão
0011666-57.2017.5.03.0110	Aguardando apreciação pela instância superior
0011667-42.2017.5.03.0110	Aguardando apreciação pela instância superior
0011721-08.2017.5.03.0110	Cumprimento de Providências

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010559-07.2019.5.03.0110	Aguardando apreciação pela instância superior
0010567-23.2015.5.03.0110	Cumprimento de Providências
0010671-15.2015.5.03.0110	Cumprimento de Providências
0010784-66.2015.5.03.0110	Aguardando prazo
0010916-84.2019.5.03.0110	Aguardando prazo

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	34	30	59
Instrução processo físico	1.472	1.922	2.069
Instrução processo eletrônico	237	217	146

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	11	12	28-10-20 - 15 dias
Procedimento Ordinário	11	32	6-11-20 - 21 dias
Instrução	189	87	3-3-21 - 86 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 5-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	35	2.076
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	549	162

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	181	113

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	88	2.586
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	184	1.205
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	12	3.852
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	4	377

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	**2020**
01-JANEIRO	95	77
02-FEVEREIRO	98	118
03-MARÇO	82	90
04-ABRIL	115	16
05-MAIO	137	33
06-JUNHO	101	63
07-JULHO	105	71
08-AGOSTO	102	62
09-SETEMBRO	113	62
10-OUTUBRO	116	8
Totais	1064	600

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10

CAMILA CESAR CORREA	37	41	1							
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA							62			
LILIAN PIOVESAN PONSSONI		1								
MARCOS CESAR LEAO	40	76	89	16	33	63	9	62	62	8
Totais	77	118	90	16	33	63	71	62	62	8

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	**Média/dia útil**
Julgados procedentes	72	0,32
Julgados procedentes em parte	399	1,76
Julgados improcedentes	173	0,76
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	**645**	**2,84**
Extintos sem resolução de mérito	36	0,16
Arquivamento	82	0,36
Desistência	53	0,23
Outras decisões sem exame de mérito	36	0,16
Total sem exame de mérito	207	0,91
Decisões de conhecimento	**852**	**3,75**

Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	**288**	**1,30**
Decisões na fase de execução	**133**	**0,59**
Total	**1.273**	**5,6**

No ano de 2020, até o dia 5-10, com 175 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	5-10-2020	**Média dia/útil**
Julgados procedentes	33	0,19
Julgados procedentes em parte	155	0,89
Julgados improcedentes	104	0,59
Extintos com resolução de mérito	2	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	228	1,3

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em setembro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	**Número de Audiências/ Mês**	**Média/dia útil**
Conciliação em conhecimento	3	0,14
Conciliação em execução	4	0,19
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	3	0,14
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	27	1,29
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	45	2,14
Una/Una (rito sumaríssimo)	34	1,92
Total	113	5,4

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 14 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	32	21	2	1	1	1
02-FEVEREIRO	30	37	3	1		1
03-MARÇO	36	29	6	1	1	2
04-ABRIL	46	4	5		2	
05-MAIO	51	9	6		8	3
06-JUNHO	27	21	1	2	2	4
07-JULHO	32	29	3	2	1	3
08-AGOSTO	32	26	5		4	2
09-SETEMBRO	36	16		3	4	1
12-DEZEMBRO	29				3	
Totais	351	192	31	10	26	17

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	Totais
CAMILA CESAR CORREA	21	8									29
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA							33				33
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			1								1
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						2					2
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1	3									4
MARCOS CESAR LEAO	1	28	31	4	12	25	1	28	20	2	152
Totais	23	39	32	4	12	27	34	28	20	2	221

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	65	80
02-FEVEREIRO	167	142
03-MARÇO	127	92
04-ABRIL	154	
05-MAIO	163	47
06-JUNHO	132	91
07-JULHO	166	100
08-AGOSTO	142	119
09-SETEMBRO	152	123
10-OUTUBRO	139	20
Totais	1407	814

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	Totais
CAMILA CESAR CORREA	71	42								113
ERICA APARECIDA PIRES BESSA				4						4
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA						94				94
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			1							1
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS					2			1		3
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	9	8								17
MARCOS CESAR LEAO		92	91	43	89	6	119	122	20	582
Totais	80	142	92	47	91	100	119	123	20	814

Foram realizadas 76 audiências de 1º-10 - 2020 até o dia 14-10- 2020 e designadas 89 de 15-10- 2020 até do dia 30-10-2020. No mês de novembro estão designadas 82 audiências.

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 5-10):

	2019	2020
01-JANEIRO	825	741
02-FEVEREIRO	923	892
03-MARÇO	911	940
04-ABRIL	1199	361
05-MAIO	1223	1015
06-JUNHO	937	1215
07-JULHO	817	1218
08-AGOSTO	1008	1098
09-SETEMBRO	867	1098
10-OUTUBRO	1069	142
Totais	9779	8720

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de uma hora minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos		
	2018	**2019**
Processos recebidos	952	990
Média por dia útil	4,2	4,4
Processos remanescentes do ano anterior	983	594
Sentenças anuladas	22	6
Total de processos para solução	1.957	1.590
Processos solucionados	1.394	1.249
Processos conciliados	436	397
Produtividade	71,23%	78,55%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 4% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 7,32%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	183
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	600

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	600
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	592

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	270
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	587

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	404
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	622

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	585
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	412

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 5-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	622
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	412
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	404
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	585
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1° grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1° grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1° grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1° grau)	10

Perfil da Vara do Trabalho – Belo Horizonte - 31a Vara

Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,93	0,84	0,62
	I02 - Pendentes	1.304	1.227	1.192
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	267,95	307,84	309,93
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	99,31	95,65	100,57
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	967,92	1.117,70	1.308,85
	I07 - Taxa de conciliação (%)	31,48	30,60	29,48
	I08 - Taxa de solução (%)	126,35	128,59	117,69
	I13 - Taxa de execução (%)	124,58	127,30	225,18
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	30,35	27,05	29,10
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	57,78	58,50	57,05
	I11 - Produtividade por servidor	161,60	159,90	143,10
	I12 - Pendentes por servidor	115,20	108,00	100,40
Meso	Acervo	0,34	0,26	0,24
	Celeridade	0,37	0,42	0,45
	Produtividade	0,55	0,52	0,49
	Congestionamento processual	0,55	0,51	0,47
	Força de trabalho	0,48	0,47	0,47
Macro	**IGEST**	**0,4573**	**0,4362**	**0,4230**
Posição IGEST		101	76	64
Movimentação processual		1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R$4.670.217,41	R$1.664.935,36

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 2 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 125,59% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1° grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 110,15%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,05%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,06%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era "manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 73,51% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 39,02% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 50,06%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 118,02%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o percentual alcançado foi de 145,57% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,43%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que

o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 267 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 161,42%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-8-2020, o tempo médio alcançado foi de 292 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 173 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) inseridos na pauta os 9 processos sobrestados já julgados pelo STF com incidentes de Repercussão Geral, discriminados no item 1.7 desta Ata, e que sejam observadas, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

4) verificados os lançamentos junto ao Clec, uma vez que o sistema identificou 2 processos como ausente do lançamento 775 no Putty;

5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata, especialmente o processo 0010981-21.2015.5.03.0110, quanto à distribuição;

6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata, especialmente dos processos 0142200-12.2005.5.03.0110, que aguarda decisão em embargos de terceiro desde 28-9-2015 e 0001383-19.2010.5.03.0110, mandado de busca e apreensão expedido em 6-8-2019;

7) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

8) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

9) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônio Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e

https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e https://conectividade.caixa.gov.br (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

14) realizado, pelo magistrado e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR Nº 112, de 1º de julho de 2019, publicada no DJE de 2-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região.

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Excelentíssima Desembargadora Corregedora ressaltou o bom trabalho realizado pela unidade judiciária, uma vez que, no início da pandemia, a vara contava com mais de 350 processos migráveis e, na data desta correição, restam apenas 93 processos a serem convertidos.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h50min do dia dezesseis de outubro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 140, publicado no DJe 5-10-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria